

Entre Rios e Morros: novos caminhos para o turismo em Piraputanga

Entre Ríos y Montañas: nuevos caminos para el turismo em Piraputanga

Between Rivers and Hills: new routes for tourism in Piraputanga

Milton Augusto Pasquotto Mariani*

e-mail: miltmari@zaz.com.br

Clarissa Banducci Rahe**

Resumo

O presente artigo é resultado de trabalho de conclusão de curso realizado no curso de Turismo da Universidade Católica Dom Bosco e analisa o Distrito de Piraputanga, tendo como objeto a população autóctone e sua estreita relação com a atividade turística. Piraputanga está localizada na região Centro-Oeste do Estado de Mato Grosso do Sul e pertence ao município de Aquidauana, distando noventa e cinco quilômetros de Campo Grande, capital do estado. Caracteriza-se como uma região de planícies e planaltos, sendo que a maior porção da área é composta pela planície pantaneira, possui vegetação típica de cerrado, e é cortada pela Serra de Maracaju. Após considerações sobre as atuais condições da prática do turismo desenvolvida no distrito, esta pesquisa sugere diretrizes para uma melhor gestão da atividade, tendo como ponto de partida uma proposta de educação ambiental voltada à comunidade, a fim de despertar o senso crítico e trazer à tona assuntos correlatos à preservação e conservação do meio ambiente.

Palavras-chaves: Turismo; Desenvolvimento Local; Educação Ambiental.

Resumen

El presente artículo es resultado del trabajo de conclusión de curso realizado en el Curso de Turismo de la Universidad Católica Don Bosco y analiza el Distrito de Piraputanga teniendo como objeto la población autóctona y su estrecha relación con la actividad turística. Piraputanga está localizada en la región Centro-Oeste del estado de Mato Grosso Del Sur y pertenece al municipio de Aquidauana, distando noventa y cinco kilómetros de Campo Grande, capital del estado. Se caracteriza como una región de planícies y planaltos, siendo que la mayor porción del área es compuesta por la planicie pantanera, posee vegetación típica de cerrado, y es cortada por la Sierra de Maracaju. Después de consideraciones sobre las actuales condiciones de la práctica del turismo desarrollada en el distrito, esta investigación sugiere directrices para una mejor gestión de la actividad, teniendo como punto de partida una propuesta de educación ambiental volcada a la comunidad, a fin de despertar el sentido crítico y traer a la tona asuntos correlatos a la preservación y conservación del medio ambiente.

Palabras clave: Turismo, Desarrollo Local, Educación ambiental.

Abstract

This article is the result of a course conclusion dissertation carried out for the Tourism Program of the Universidade Católica Dom Bosco. It analyzes the District of Piraputanga, focusing on the local population and its close relationship with tourism. Piraputanga is located in the Central-West region of the State of Mato Grosso do Sul, and belongs to the municipal district of Aquidauana, ninety-five kilometers from Campo Grande, the state capital. It is a region of plains and highlands, and the majority of the area has plant life typical of the cerrado region. It is cut through by the Serra de Maracaju mountain range. After some considerations on the current state of the practice of tourism in the district, this research suggests some guidelines for better management of the activity, taking as a point of departure a proposal for environmental education focused on the community, in order to awaken a critical sense and bring to the fore some issues related to environmental preservation and conservation of the environment.

Key words: Tourism; Local Development; Environmental Education.

*Geógrafo/Docente da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - UFMS

**Bacharel em Turismo do Curso de Graduação em Turismo da Universidade Católica Dom Bosco.

1 Introdução

O presente artigo pretende sugerir diretrizes para o desenvolvimento da atividade turística, a partir de uma proposta de educação ambiental voltada à comunidade do distrito de Piraputanga a fim de despertar o senso crítico e trazer à tona assuntos correlatos à preservação e conservação do meio ambiente. Assim, serão abordados conceitos em torno de turismo, desenvolvimento local e educação ambiental.

Em uma reflexão sobre a atividade turística, tem-se esta como um fenômeno cultural, social, ecológico e econômico, gerador de novas experiências no instante em que o seu praticante se depara com cenários e paisagens não habituais e olha interessado e curioso o ambiente que o cerca. Representa um afastamento, uma ruptura limitada com rotinas e práticas bem estabelecidas da vida de todos os dias, permitindo que os sentidos se abram para um conjunto de estímulos contrastantes entre o cotidiano e o mundano¹ (URRY, 2001).

Urry (2001) explica a evolução do turismo a partir de uma análise sobre o “olhar” do turista, socialmente organizado e sistematizado, e como este se modificou e desenvolveu-se em diferentes grupos sociais e períodos históricos. São propostas duas possibilidades deste ocorrer. O primeiro deles corresponde ao olhar coletivo, que nasce da presença de um grande número de pessoas, tem um sentido carnavalesco e um caráter cosmopolita. Seria este o padrão encontrado no turismo de massa, também denominado como a Era Fordiana da atividade turística, em que há uma espécie de linha de montagem com oferta padronizada, restringindo a oportunidade de escolha de consumidor. É encarado como um bem material, ou seja, não existe preocupação com seus limites de suporte, produzindo o quanto for necessário, a fim de satisfazer uma demanda pouco exigente.

O segundo tipo de olhar discriminado por Urry (2001) equivale ao romântico, e este exige privacidade, um relacionamento semi-espiritual e pessoal com o objeto, encarado como uma espécie de “santuário” da beleza. Divergindo do coletivo, apresenta características encontradas em um bem posicional, ou seja, está sujeito ao processo de escassez ou abarrotamento. Desta forma, uma pessoa que decida consumir um bem desta natureza participará de uma espécie de competição coagida, assim, quando alguém consome mais, a outra, conseqüentemente, será obrigada a gastar menos e a sua satisfação será dependente da escolha de outras pessoas. Seria a Era Pós – Fordista, representada por produtos cada vez mais segmentados a fim de atingir variadas motivações e padrões de compra.

Pode-se observar que o turismo não nasceu de uma teoria, mas de uma realidade que surgiu espontaneamente. Ou seja, o desenvolvimento não ocorreu devido à análise de dados empíricos que tenham antecipado o seu processo e proposto alternativas para controlar sua evolução, e sim configurou-se sob o impacto de descobertas em outros campos, desde a invenção da roda, progressos da navegação e invenção da ferrovia, automóvel e avião, até o incremento dos meios de comunicação (BOULLÓN, 2002).

Castro (2001) vincula este desenvolvimento turístico a gênese do turista moderno, relacionando-a a fenômenos mais gerais como o individualismo, urbanização, industrialização e mudanças nas condições de trabalho. Além destes, mudanças como valorização da natureza, das paisagens, de novas formas de lidar com o corpo e a necessidade de lazer como fuga do estresse da vida moderna também são fatores significativos para a gradativa constituição do que se conhece, hoje, como turismo.

Além disso, Castro (2001) sugere que com a perspectiva de valorização da natureza e suas diversas vertentes, houve uma popularização das paisagens naturais enquanto atrativos turísticos intensificadas no final do século XX. Este processo possibilita uma nova alternativa da atividade turística frente ao turismo de massa, extremamente prejudicial, conforme afirma Mishan *apud* Urry (2001): “A indústria do turismo, em seus competitivos embates, que objetivam desvendar todos os lugares que, um dia, ofereciam repouso e tranquilidade, encantamento, beleza e interesse histórico a uma multidão cheia de dinheiro, está literal e irrevogavelmente destruindo-os”.

Para Bertonecello (1997, p. 02) a solução deste problema vem com o surgimento de novas práticas

turísticas realizadas por um turista mais comprometido consigo mesmo e com os outros, como consta nesta citação:

Como una respuesta a este modelo de actividad turística, en los últimos años han ido tomando impulso una serie de nuevas prácticas turísticas. Englobadas en general bajo el rótulo de “turismo alternativo”, las mismas se justifican como una forma de respuesta a las críticas que recibí el turismo tradicional. Una actitud activa y comprometida del turista en su práctica, tanto consigo mismo (decidiendo adónde ir, qué hacer, comprometiendo su esfuerzo y su capacidad) como con los demás (una fuerte interacción con los miembros de las sociedades receptoras, un compromiso con la preservación del ambiente e del patrimonio en general, una conciencia activa [...] militante en la difusión y concientización en sus lugares de origen) constituye una de las marcas más importante de este tipo de prácticas.

De acordo com Krippendorf (2000), a busca pela solução ao turismo de massa implica modificar mentalidade, alterar sistemas, reconhecer onde houve falhas e o controle da realidade foi perdido. A continuação das tendências econômicas e técnicas atuais não trarão o que se espera do futuro. Para isso, o autor propõe o alargamento dos campos de pesquisa através de uma visão holística, constata que todos os elementos são importantes e exercem alguma influência na atividade.

Apesar do turismo estar em franco desenvolvimento, os estudos sobre o assunto são bastante recentes, intensificando-se nos anos 90 e tendo como objeto de pesquisa as mais diferentes abordagens, segundo interesses daqueles que procuram investigá-las. Quanto a este fato, Rodrigues (1992, p. 72) afirma que “face à sua complexidade, o turismo deve ser abordado em âmbito multidisciplinar, particularmente pelo conjunto das Ciências Sociais”.

O turismo se desenvolveu sem que houvesse tempo de criar sua própria linguagem técnica. Por isso, a necessidade de consolidação de conceitos universais que possam ser adotados tanto pela academia como pelo *trade* e pelos turistas. Ao se preocupar com este aspecto, Beni (2001) identifica três tendências para a definição da atividade: a econômica, a técnica e a holística.

Abordando o ponto de vista técnico, a OMT entende a atividade turística como um conjunto de atividades realizadas pelas pessoas durante suas viagens e estadas em lugares distintos do seu ambiente habitual, por um período de tempo consecutivo inferior a um ano, com finalidades de lazer, negócio e outros motivos.

Refletindo esta questão, tem-se na idéia de “ambiente habitual” a representação do local ou região de origem das pessoas que saem para fazer o turismo, podendo ser classificado como núcleo emissor. Já, a noção de “lugares distintos” relaciona-se ao local que recebe determinado fluxo de pessoas e é concebido como núcleo receptor. Observa-se, ainda, que o conceito de “duração” sugerido elimina migrações a longo prazo, além de indicar um aprofundamento em torno da noção de visitante, turista e excursionista. Entende-se como “visitante” qualquer pessoa que viaje para um local diferente daquele no qual possui sua residência habitual, por um período não superior a 12 meses. Subdivide-se entre turista (visitante que permanece mais de vinte e quatro horas em um núcleo receptor, pernoitando obrigatoriamente) e excursionista (visitante que permanece menos de vinte e quatro horas em um núcleo receptor).

Uma abordagem a partir de uma visão econômica pode ser observada nos trabalhos de Goeldner *et al* (2002), tratando-o como um composto de atividades, serviços e setores que proporcionem uma experiência de viagem. Seria a soma de todo o setor mundial de viagens, hotéis, transporte e demais componentes necessários e a sua relação entre turistas, governos locais e comunidades anfitriãs no processo de atrair e receber pessoas.

Lickorish e Jenkins (2000, p.52) comungando também de uma análise econômica considerando-o um “mercado e força de demanda com unidade e identidade”, deixando clara a ação em que a oferta se adequa às exigências da demanda. Assim, o turista passa a ser o “rei” direcionando a atividade conforme o que o convém.

Finalmente, levando em conta a apreciação holística estão os fundadores da Associação Internacional de Especialistas Científicos do Turismo (AIEST), os professores suíços Hunziker e Krapf (www.aiest.org) classificando-o como a soma de fenômenos e das relações resultantes da viagem e da permanência de não-residentes, na medida em que não leva à residência permanente e não está relacionada a nenhuma atividade remuneratória. Exclue-se, assim, segmentos turísticos como o de negócios e o de compras.

Outra definição desta natureza é observada no trabalho de Jafar Jafari *apud* Beni (2001, p. 36), sendo o turismo “o estudo do homem fora de sua residência, da indústria que satisfaz as suas necessidades e dos impactos que ambos, ele e a indústria, geram sobre os ambientes físico, econômico e sociocultural da área receptora.”

Observa-se, então, que a conceituação do turismo não fica limitada a uma definição exata, pois este fenômeno ocorre em distintos campos de estudo, em que é explicado conforme diferentes correntes de pensamento e verificado em contextos vários da realidade social. Como visto, há tantas definições do turismo quanto autores que tratam do assunto, (BENI, 2001).

Após esta análise conceitual, nota-se que a transformação de uma localidade em núcleo receptor turístico acarreta expectativas e mudanças no cotidiano da comunidade que, muitas vezes, ressentem-se desta influência, sob pena de sofrer impactos em âmbito social, econômico e ambiental. Para evitar tais conseqüências, é preciso chamar as próprias pessoas a tomarem parte no processo evolutivo da atividade, contribuindo para a percepção e conscientização sobre preservação e conservação e importância de uma “alfabetização ecológica”, por meio de um processo de envolvimento e comprometimento de seus habitantes.

O uso do meio ambiente² deve ser definido através de princípios éticos que atendam às necessidades de todos. Para tal, os programas e atividades propostas devem levar em conta as complexas relações entre o desenvolvimento socioeconômico e a conservação de recursos naturais. Significa gerar riquezas, utilizando-os de modo sustentável e respeitar as capacidades de recuperação e recomposição desses recursos, criando mecanismos que permitam seu acesso por toda a sociedade.

Viabilizar esse conceito na prática implica mudança de comportamento pessoal e social, além de transformações nos processos de produção e consumo. Para tanto, faz-se necessário o desencadeamento de ações de discussão e comprometimento de toda a sociedade.

Essas características são primordiais ao desenvolvimento local³, sendo ele uma ferramenta capaz de reafirmar as potencialidade locais frente à globalização. É a contraposição ao antigo modelo fortemente caracterizado pelo domínio da produção de mercadorias, onde se enfatiza o estilo de vida ligado a instantaneidade o que promove um efeito de descartabilidade da vida como um todo. (HARVEY *apud* BRUNHS, 2000).

Martín (1997a) chama a atenção para alguns pontos desse desenvolvimento que o diferenciam do desenvolvimento macro. São eles: a dimensão local que constitui o nível geográfico idôneo; tempo para a execução de ações; a abertura do lugar ao mundo e à modernidade; os valores locais, como o patrimônio, a história e a cultura; os produtos locais (naturais e econômicos) devem ser divulgados; o município como referência de unidade de análise; os autóctones como protagonistas das dinâmicas sociais dotados de uma liderança organizada e agentes sociais abertos aos pactos e às parcerias que levem ao desenvolvimento.

Sobre o tema no Brasil, é interessante ressaltar um projeto denominado BNDES⁴ – Desenvolvimento Local com Cooperação técnica do PNUD⁵, cujo objetivo é formular e executar ações que levem em conta as vocações locais e permitam a construção de processos de desenvolvimento onde os resultados beneficiem a maioria da população, promovendo a inclusão social através da mobilização, organização, capacitação técnica e execução de projetos de natureza social e econômica.

A metodologia proposta é conhecida como Gespar (gestão participativa). Dotada de uma visão sistêmica, é centrada na qualificação do capital humano e formação de agentes locais, facilitadores, multiplicadores e assessores técnicos, tendo seu processo pedagógico formulado em três blocos de

macroatividades, são eles: acompanhamento do desempenho das lideranças locais e técnicos de equipes interinstitucionais; eventos de formação de facilitadores e multiplicadores; eventos de qualificação específica, fazendo parte dele a educação ambiental, objeto de estudo desta pesquisa.

Desta forma, observa-se que a educação ambiental pode ser utilizada como uma ferramenta capaz de estimular a prática do desenvolvimento local, por ser um processo de

[...] aprendizagem permanente baseado no respeito a todas as formas de vida. Tal educação afirma valores e ações que contribuem para a transformação humana e social e para a preservação ecológica. Ela estimula a formação de sociedade socialmente justas e ecologicamente equilibradas, que conservem entre si uma relação de interdependência e diversidade. Isso requer responsabilidade individual e coletiva a nível local, nacional e planetário. A educação ambiental deve gerar, com urgência, mudanças na qualidade de vida e maior consciência de conduta pessoal, assim como harmonia entre os seres humanos, e destes com outras formas de vida. (VIEZZER e OVALLES, 1994, p.29)

É por isso que acredita-se que a educação ambiental voltada ao turismo pode contribuir para que o indivíduo tome contato com o ambiente natural, perceba sua importância e significado para si mesmo e para a sociedade, passando a ter a natureza como um elemento próximo de suas ações. Isso faz com que a atividade turística faça parte de uma mudança de paradigma caracterizada pela “promoção de uma lógica que leva o ser humano a redescobrir o lugar que lhe corresponde dentro do conjunto harmonioso do universo”. (GUTIÉRREZ & PRADO *apud* BARROS e DINES, 2000, p. 88).

Fica claro no trabalho do geógrafo Sérgio Martins (2002), que não existem “receitas” prontas para que se pratique o desenvolvimento local, sendo o maior desafio a criação e consolidação de uma outra cultura de desenvolvimento. A educação certamente será a principal maneira de atingi-la.

O locus da Pesquisa

Transpondo o estudo ao seu objeto, tem-se como *locus* o distrito de Piraputanga, localizado dentro do estado de Mato Grosso do Sul, estando à borda da planície pantaneira, um território já consolidado como núcleo receptor turístico, o que faz dele um lugar dotado de uma paisagem singular, com a presença da Serra de Maracaju⁶ e do Rio Aquidauana, importante afluente do Rio Paraguai. Além disso, está apenas a noventa e cinco quilômetros de Campo Grande, capital do Estado e maior centro urbano.

O local, antes habitado por uma tribo de índios Terena, recebeu em 1936 um grupo de pessoas interessadas em jazidas de diamantes que ali havia, dando início a um garimpo. Porém, com a diminuição de minerais, muitas delas abandonaram a região. Os que permaneceram, passaram a explorar a pesca e a agropecuária.

A presença de uma Estação Ferroviária da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil contribuiu no processo de imigração. Contam antigos moradores, com um certo saudosismo, que era costume dos habitantes ir à estação quando o trem vinha só para saber as novidades que chegavam com os passageiros. Foi neste período, também, que houve um incremento na economia, decorrente do comércio de alimentos e outros produtos locais, com os viajantes.

Entretanto, com a interrupção das linhas regulares de trem no ano de 1992, a economia estagnou-se, gerando uma falta de emprego que obrigou um grande contingente de pessoas a se deslocarem, principalmente, para centros como Aquidauana e Campo Grande, em busca de novas oportunidades de trabalho. Por esta razão, a população, hoje, é composta, predominantemente, por crianças e idosos. Os jovens que, ainda, permanecem no local encontram-se com uma baixa estima e quando têm a oportunidade de trabalhar, percebe-se que não estão qualificados para tal.

Em relação a renda familiar, a maior parte dos moradores trabalha na agricultura, pecuária e pesca,

recebendo menos de um salário mínimo. Com tão pouco rendimento mensal, a comunidade procura maneiras alternativas de lazer, como a pesca, tradicionais rodas de tereré⁷ e futebol, que tem no seu campo o ponto de encontro da cidade.

O rio Aquidauana, principal curso d'água da localidade, era utilizado como fonte de renda, através da venda de pescado e escoamento da produção. Atualmente, sua economia básica é a agricultura, com destaque para a mandioca, utilizada na fabricação de farinha, sendo ainda praticada a pesca como forma de lazer, já que o peixe está escasso, bem como a exploração de diamantes em pequena escala.

Por volta da década de 1970, os recursos naturais disponíveis começaram a ser apropriados pela atividade turística, sobretudo o rio Aquidauana que, a partir de então, torna-se um atrativo para a pesca, voltado a uma demanda clientela cujo poder aquisitivo era insuficiente para visitar destinos mais consolidados como os municípios de Corumbá e Miranda, ambos no Estado de Mato Grosso do Sul.

Quanto à oferta turística dispensada, verifica-se que havia uma concentração espacial de empreendimentos no entorno do núcleo urbano, fazendo com que os turistas da pesca se fixassem fora da localidade de Piraputanga, sem que, em muitos casos, se dispusessem a conhecer a pequena vila. Atualmente, nota-se uma considerável diminuição no pescado e, como consequência, há um decréscimo no número de visitantes que procuram este segmento turístico.

Gradativamente, expande-se o turismo nos fins de semana e feriados, com interesses de contemplação, cujos maiores fluxos turísticos são originários do próprio estado. Tendo como costume realizar viagens em grupo, estes visitantes permanecem, em sua maioria, um dia no local, o que comprova a forte presença de excursionistas, com picos nos meses de Setembro e Outubro. Eles, normalmente, trazem consigo toda a alimentação, bebida e equipamentos para realização do lazer, combinando pesca, contemplação da natureza e piquenique.

Um outro fenômeno que se percebe no distrito é o da segunda residência de campo-grandenses, algumas localizadas na região urbana e outras às margens do Rio Aquidauana na forma de ranchos de pesca. As condições sócio-econômicas e o nível de renda dos proprietários aliados à preocupação de conforto determinam o tipo de construção e as características destas moradias temporárias. Na maioria das vezes, são construções de alvenaria de dimensões razoáveis, destacando-se entre as residências dos autóctones.

É importante enfatizar que os produtos turísticos se diferenciam dos demais devido às suas particularidades. Primeiramente, por serem estático, ou seja, o consumidor recebe uma imagem e se desloca para ir ao seu encontro. Depois, por não ser estocável e, finalmente, por ser sazonal. Por isso, deve-se pensar, não como uma atividade econômica isolada que poderá solucionar problemas, gerar emprego e renda, mas sim de forma integrada ao conjunto macroeconômico, a fim de que o turismo seja mais uma possibilidade para alcançar o desenvolvimento.

Foram observadas também as vias de acessos. Para o visitante há duas alternativas de deslocamento por meio rodoviário, a mais utilizada é a rodovia pavimentada BR 262, atualmente, em bom estado de conservação, distante noventa e cinco quilômetros de Campo Grande. Deste total, oito quilômetros são por via não pavimentada entre o Município de Dois Irmãos do Buriti e a sede do Distrito de Piraputanga, percorrendo a ponte sobre o Rio Aquidauana.

A segunda via, que oferece também um grande potencial turístico, é a Estrada-Parque de Piraputanga. Compreende uma categoria de Unidade de Conservação (UC) de uso sustentável, ou seja, uso direto, estabelecida pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC). Possui um trecho de quarenta e dois quilômetros e meio, localizada nos municípios de Aquidauana e Dois Irmãos do Buriti. Em sua extensão, há inúmeros pesqueiros e áreas para *camping*, além de atrativos naturais de belezas cênicas singulares. As suas margens, têm-se duas outras UC's classificadas como Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN), a RPPN da Serra Alta de Piraputanga e a do Lajeado.

A locomoção é feita, basicamente, por veículos próprios, pois não há companhias de transporte rodoviário que realizam viagens até o Distrito, sendo necessário o deslocamento a Aquidauana e, aí

então, apanhar uma linha de transporte urbana via Piraputanga. Também não há transporte do centro do núcleo receptor até os empreendimentos turísticos.

Grande parte da população demonstra interesse em incentivar o turismo e considera que o local já tem condições de receber visitantes. É inegável que o distrito dispõe de um extraordinário potencial turístico, tanto natural quanto cultural e histórico, no entanto, verifica-se que esses fatores, *a priori*, não são suficientes para que se considere o local preparado para receber estes visitantes. Na realidade, o que se comprova ao se analisar a localidade é a falta de atuação por parte dos órgãos públicos, o que implica em escassez de infra-estrutura, deficiência na formação de recursos humanos envolvendo educação e capacitação profissional, carência de empresas prestadoras de serviços turísticos (equipamentos de hospedagem, restaurantes e similares, entretenimento, agências de viagens), redes de transportes rodoviários e ferroviários deficitários.

Esse contraste entre o potencial turístico natural e a carência de infra-estruturas gera uma situação de impasse, tanto para os turistas quanto para a comunidade local. Os poucos equipamentos existentes não podem ser usufruídos pelos moradores, já que o poder aquisitivo destes é baixo. Para turistas, as poucas ofertas de serviços fazem com que se desloquem para Aquidauana ou levem consigo grande parte dos mantimentos necessários para a viagem.

Mesmo assim, a comunidade acredita que o estímulo a atividade turística poderia ajudar na ampliação do número de empregos, maior movimentação da economia local, e, conseqüente, progresso. Apenas uma minoria acredita que não traria benefício algum.

O fato do turismo no distrito ter como base o ambiente natural, ratifica a tendência já comentada por Castro (2001), e intensificada a partir do século XX, ao evidenciar a popularização das paisagens naturais como atrativos que, muitas vezes, desorganizados, tornam-se mercadorias consumidas pelos turistas, o que reflete diretamente nos equipamentos que se estruturam a fim de satisfazer suas necessidades.

A fim de se promover um relacionamento harmonioso entre turismo e o meio ambiente, viu-se que seria oportuno propor um programa de Educação Ambiental (E.A.) comunitária de maneira não-formal, partindo do pressuposto de que somente com a conscientização e a participação ativa dos atores-chave e principais usuários dos recursos locais é que se garantirá os meios para se promover o uso de maneira sustentável. Pois, são eles os conhecedores das realidades locais e para que haja continuidade no projeto se torna imprescindível o processo participativo, abrangendo todas as suas fases para solucionar os antigos e novos problemas que forem surgindo.

De tal modo, este trabalho visa orientar a transformação de informações em instruções capazes de construir práticas mais eficazes de conservação e preservação do meio ambiente no distrito de Piraputanga, entendendo que este não deva ocorrer de forma linear, e sim como um ciclo constantemente (re)-planejado, com retomadas, aprofundamentos e novas decisões.

Para o exercício efetivo de uma proposta de Educação Ambiental, contemplando a atividade turística, é fundamental o estabelecimento de diretrizes⁸ espelhadas em ações e instrumentos que permitam atingir condições que assegurem o uso e a sustentabilidade dos recursos. Nesse sentido, é preciso desenvolver uma compreensão integrada do meio ambiente em suas múltiplas e complexas relações, envolvendo aspectos ecológicos, psicológicos, legais, políticos, sociais, econômicos, científicos, culturais e éticos, garantir a democratização de informações sócio-ambientais e incentivar a participação individual e coletiva, permanente e responsável, na preservação do equilíbrio dos recursos, entendendo-se como a defesa da qualidade ambiental um valor inseparável do exercício da cidadania.

A elaboração destas diretrizes pautou-se em pesquisas de campo e atividades desenvolvidas pelo Projeto GEF⁹ Pantanal/Alto Paraguai – ANA¹⁰ / GEF¹¹ / PNUMA¹² / OEA¹³, no Relatório Final do Subprojeto “Estabelecimento de um Programa de Educação Ambiental no setor de Turismo na sub-bacia do rio Miranda”, projeto que teve uma relevante preocupação com os conceitos de desenvolvimento local.

A escala local é importante para uma proposta de Educação Ambiental porque os organizadores e responsáveis locais, consultando os seus constituintes, podem desempenhar um papel preponderante

na obtenção do sucesso do turismo sustentável. As diretrizes estabelecidas para a proposta de Educação Ambiental no Distrito de Piraputanga foram as seguintes:

(i) Construção de bases de informações e disseminação do conhecimento da localidade:

O turismo em Piraputanga não diferente da maioria dos núcleos receptores turísticos brasileiros se desenvolveu de maneira espontânea, sem levar em conta aspectos relacionados à gestão correta de implantação e implementação da atividade. Por isso, a importância de se educar os residentes do distrito sobre os problemas causados por essas ações, procurando sensibiliza-los a cerca de minimização de impactos negativos e maximização dos positivos.

Este processo, então, terá início com a formulação de um diagnóstico da realidade local, elaborado juntamente com a comunidade, tal como Martín (1997a) sugeriu anteriormente. Ao se sentirem parte de um todo, os habitantes locais estarão mais inclinados a colaborar, tornando-se mais conscientes de seu poder de mudar situações por meio de suas atitudes.

O estímulo à participação na construção de uma base de informações parte do princípio de que todos têm algo a contribuir, o que permite o diálogo entre a ciência, a técnica e, principalmente, os saberes locais. Ao final desta fase, pretende-se não estar apenas com um banco de dados da realidade, mas também ter possibilitado a ampliação e aprofundamento do conhecimento dos indivíduos que se envolveram. O “descobrimento” das necessidades relatadas deverá convencê-los a fim de permitir que as ações atinjam seus objetivos e não ocorram de maneira incipiente.

Deste modo, observa-se que para o bom andamento das atividades de educação ambiental voltada ao turismo, é imprescindível a criação e manutenção de um sistema de informação que funcione como uma base de dados para o desenvolvimento e supervisão turística. O uso da tecnologia poderia tornar a manutenção das informações mais ágeis e rápidas.

Esse sistema poderá servir para registrar informações gerais sobre a realidade local, incluindo aspectos históricos, geográficos, vias de acesso, atividades econômicas, legislação vigente, notícias do Distrito, calendário de eventos. Além de dados específicos para o desenvolvimento da atividade turística como a chegada de turistas, seus núcleos emissores, motivações e aspirações; equipamentos de hospedagem, incluindo categoria, localização e níveis de ocupação; receitas, quanto e onde gastam; atrações e demais instalações, com nível e padrões de visitas. Outros quesitos poderão ser acrescidos conforme houver necessidade.

A fim de estabelecer uma dimensão temporal, tem-se como curto prazo o período para implantação, médio e longo prazo para execução, devendo este ser constantemente atualizado. Como parceiros poderão estar os órgãos públicos estaduais e municipais, neste caso do Município de Aquidauana, Universidades, ONG's, bem como a comunidade local.

(ii) Sensibilização da comunidade no que se refere à qualidade do ambiente e a sua importância para o turismo:

Esta diretriz tem como objetivo sensibilizar a população no que se refere à qualidade do meio ambiente, inclui-se aqui as regras e políticas de conservação ambiental, e a sua estreita relação com o turismo desenvolvido em bases sustentáveis, conscientizando sobre os impactos positivos e negativos do turismo.

Por estas colocações, pensa-se que seria oportuno desenvolver um processo educacional amplo e comprometido para todos aqueles que atuam ou pretendem atuar em Piraputanga. Pois, a estabilidade só será alcançada quando a comunidade for beneficiada e estiver comprometida com a conservação ambiental, promovendo o equilíbrio entre meio ambiente (matéria-prima) e turismo (consumo).

Sugere-se como dimensão temporal a implantação a curto prazo e execução em médio prazo.

Poderiam estar inseridos como parceiros o poder público estadual e municipal, setor privado e organizações não-governamentais.

As principais técnicas de aumento de consciência da comunidade local em relação ao turismo, segundo o *Manual de Municipalização do Turismo* do Programa Nacional de Municipalização do Turismo – PNMT (2001), são emissões radiofônicas regulares que contemplem instruções sobre o turismo; folhetos ou brochuras concebidos para uma larga distribuição, descrevendo o turismo e suas relações com o meio ambiente; inclusão do turismo e meio ambiente no sistema escolar como parte dos conteúdos programáticos das disciplinas do ensino fundamental e médio; reuniões entre representantes do turismo e autóctones, para discussões em torno da vocação turística local; seminários ou conferências públicas discutindo os rumos que o turismo local poderá tomar.

(iii) Promoção de benefícios e oportunidades para a comunidade local:

O turismo é, por vezes, criticado devido aos problemas sociais e culturais que provoca, especialmente, em comunidades menores e tradicionais. Apesar do turismo causar impactos negativos, tem que se reconhecer que a inserção de novos projetos e políticas traz consigo conseqüências.

Como já observado, o turismo causa uma série de impactos a comunidade em que está fixado. Para Lage e Milone (2000) são evidentes os custos sociais e culturais de ações realizadas sem responsabilidade, gerando, muitas vezes, uma padronização das tradições socioculturais sem que a comunidade consiga se distinguir perante outras culturas. Além disso, pode-se registrar também que as diferenças sociais, culturais e econômicas entre visitados e visitantes trazem conseqüências aos moradores dos núcleos receptores. De tal modo, torna-se necessário formar a comunidade local para que trabalhem eficazmente em todos os níveis do turismo.

Poucas são as localidades que contam com a participação dos autóctones na implantação de programas turísticos e, por isso, a importância de se propor diretrizes que levem em conta os interesses destes grupos e respeitem seus direitos e desejos, promovam a participação nas decisões e consultas sobre planejamento e administração do turismo, potencializem os benefícios econômicos, a conservação da herança cultural, a renovação do orgulho e o intercâmbio com os turistas. Os saberes locais podem trazer grandes contribuições em questões relacionadas ao meio ambiente.

Tem-se como ação prioritária a capacitação de recursos humanos locais para o desenvolvimento do turismo, respeitando as especificidades locais. A dimensão temporal adotada será o curto prazo para implantação e médio para a execução, contando com a parceria do poder público estadual e municipal, entidades de classe, Universidades, ONG's e empreendedores.

Para a implantação utilizar-se-á articulações institucionais, treinamentos voltados à formação de residentes locais para que estes trabalhem eficazmente em todos os níveis do segmento turístico.

(iv) Educação e a informação aos profissionais do segmento do turismo:

A educação e informação adequadas dadas aos profissionais do turismo serão essenciais para o sucesso e eficácia da proposta de Educação Ambiental. A começar pelos responsáveis governamentais, que precisarão compreender o que representam as políticas de turismo, técnicas de planejamento, elaboração de projetos, viabilidades, análises de impactos ambientais, sociais e econômicos, normas de serviços, assim como outros assuntos inerentes às suas funções.

Já a mão-de-obra envolvida, além de ter conhecimento acerca da operacionalização, como equipamentos de hospedagem, serviços, agências de viagens e turismo, transporte, alimentos e bebidas, animação e recreação, relações públicas, dentre outras, deverão estar conscientes a respeito da preservação / conservação do meio que serve de base para o desenvolvimento turístico, sensibilizando os visitantes para estes aspectos.

A organização de cursos intensivos poderá constituir uma técnica predominante para o ensino de conceitos básicos e para o aumento de conhecimento das áreas específicas, onde cada segmento avaliará suas necessidades de formação e decidirá quais os melhores programas de capacitação. Aconselha-se uma formação em nível universitário para as pessoas que ocupem cargos na gestão do turismo.

Um estudo sobre o controle de qualidade dos produtos e serviços turísticos levados a cabo pela OMT (2001b) demonstrou que as empresas ou organizações de turismo devem ir além de uma simples supervisão, atingindo uma gestão rigorosa em busca da excelência. De tal modo, o controle de qualidade servirá para manter uma boa competitividade e saúde econômica frente a outras empresas, além de outros núcleos receptores. Este tópico poderá contribuir para a melhoria da produtividade, qualidade do ambiente de trabalho, dos produtos e serviços oferecidos, além da organização e métodos de trabalho.

Para uma proposta de Educação Ambiental pautada na sustentabilidade se efetivar, é preciso que haja o apoio de todas as partes envolvidas, conforme já citado no decorrer deste trabalho, sendo que todos têm responsabilidades na obtenção de um turismo saudável ao meio e a comunidade local.

Estabelece-se o curto prazo para a implantação e execução desta ação, utilizando como meio a promoção de cursos de profissionalização e reciclagem, seminários, oficinas de trabalho, sempre levando em conta a realidade do distrito.

(v) Avaliação dos impactos do turismo no distrito de Piraputanga, supervisionando projetos existentes, em andamento e a serem implantados.

Como já observado, uma série de impactos negativos decorrentes das intervenções antrópicas vem ocorrendo em Piraputanga, sem que qualquer ação contrária aconteça. Por isso, há a necessidade de uma inversão neste quadro, objetivando a supervisão e gestão destes, de modo a evitar ou reduzir tanto quanto possível, os efeitos negativos. Dentre eles, pode-se citar a deterioração do ambiente natural devido a sua utilização inadequada, poluição dos cursos d'água originada por sistemas de esgotos e saneamento de resíduos sólidos inexistentes, desordem visual causada por construções, capacidade insuficiente de fornecimento de água, energia elétrica e telecomunicações, aumento da população residente e sazonal, e conseqüente perda das comodidades dos habitantes, além de problemas de ordem social, incluindo o consumo de álcool e drogas. Estes fatores comprometem diretamente a qualidade do produto turístico ofertado.

Outro aspecto que contribui para a má organização do turismo local é a falta de fiscalização e monitoramento por parte de órgãos públicos responsáveis. Para isso, no entanto, é preciso que se supere a escassez de recursos e pessoal, seja em âmbito federal, estadual ou municipal.

Independente da técnica de planejamento turístico utilizada para minimizá-los, seus objetivos deverão pautar-se na melhoria de qualidade em detrimento da expansão quantitativa, no aprimoramento do produto turístico e na manutenção ou, se necessário, recuperação do meio ambiente.

De tal modo, faz-se necessária a implantação de um programa de monitoramento de turismo, em médio prazo, que envolva a comunidade, o poder público, Universidades, empreendedores e organizações não-governamentais. Como instrumento de auxílio, será utilizada a base de informação sugerida na diretriz 1.

Estas diretrizes sugeridas, não anulam a possibilidade de que novos temas sejam inseridos e discutidos pela comunidade, pois conforme elucida Dietz e Tamaio (2000c, p. 36) a educação ambiental é “uma atividade-meio, em torno do qual organizam-se processos educativos que visam transformar situações diagnosticadas em situações desejadas”, sendo que estas ações devem ser exercidas continuamente e nem sempre na ordem em que se encontram na proposta acima. A cada etapa, o processo é avaliado, revisto e readequado, caracterizando-se por constantes retroalimentações que permitem retomar e aprofundar as tarefas de análise, planejamento e decisão com base em dados que surgem da realidade.

De acordo com o que já foi comentado anteriormente, a partir da implantação e implementação

desta proposta de educação ambiental, a comunidade do distrito de Piraputanga estaria mais apta a colaborar com o desenvolvimento local, introduzindo o segmento turístico de aventura, buscando caminhos que promovam melhorias em sua qualidade de vida.

Considerações Finais

Considerando os resultados aqui apresentados, conclui-se que Piraputanga está, atualmente, em fase de transição entre o turismo de pesca extremamente massificado e a busca de formas diferenciadas em outros segmentos, principalmente, o turismo de aventura, devido às potencialidades detectadas na região, aliadas a possibilidade de uma baixa sazonalidade e também por acreditar que isto permitiria a inclusão principalmente dos jovens locais na produção deste tipo de atividade. Pretende-se, assim, atrair uma demanda mais preocupada com questões socio-ambientais.

As propostas apresentadas para este local terão um papel fundamental no desenvolvimento equilibrado da atividade do turismo, revertendo na medida do possível os impactos ambientais causados por este. Assim sendo, a maneira como a comunidade local utilizará os recursos naturais, a partir destas propostas, determinará o processo de desenvolvimento local, especialmente para o setor de turismo.

As cinco diretrizes propostas têm como referência não apenas as características do cenário atual da atividade turística praticada em Piraputanga mas, principalmente, os desafios que se antepõem para a sociedade sul-mato-grossense, tendo como objetivo promover mudanças de rumo na abordagem atual do desenvolvimento e auxiliar na construção de um *modus operandi* desejável, rompendo com as características equivocadas da exploração de recursos naturais, observadas em todo o Estado de Mato Grosso do Sul.

Referências

- AIEST, Association Internationale D'experts Scientifiques du Tourisme. Disponível em < <http://www.aiest.org> > Acesso em 15 de Mar. 2004.
- ARAUJO, S. M. Artificio e autenticidade: o turismo como experiência antropológica. In: BANDUCCI JR, A., BARRETTO, M. (orgs.) **Turismo e identidade local: uma visão antropológica**. Campinas, SP: Papirus, 2001.
- ÁVILA, V. F. **Formação educacional em desenvolvimento local: relato de estudo de caso em grupo e análise de conceitos**. Campo Grande, MS: UCDB, 2000.
- BARROS, M. I. A., DINES, M. Mínimo impacto em áreas naturais: uma mudança de atitude. In: SERRANO, C. (org.). **A educação pelas pedras: Ecoturismo e educação ambiental**. São Paulo, SP: Chronos, 2002.
- BENI, M. C. **Análise estrutural do turismo**. 5ed. São Paulo, SP: Senac, 2001.
- BERTONCELLO, R. Turismo "alternativo" em Argentina: una nueva forma de consumo del patrimonio? Texto distribuído pelo autor no 1º Encontro Nacional de Turismo com Base Local. São Paulo: USP / Departamento de Geografia, 1997.
- BOULLON, R. C. **Planejamento do espaço turístico**. Trad. Josely Vianna Baptista. Bauru, SP: Edusc, 2002.
- BRUNHS, H. T. Esporte e natureza: o aprendizado da experimentação. In: SERRANO, C. (org.). **A educação pelas pedras: Ecoturismo e educação ambiental**. São Paulo, SP: Chronos, 2002.
- CASTRO, C. A natureza turística no Rio de Janeiro. In: BANDUCCI JR., A., BARRETO, M. (orgs.) **Turismo e identidade local: uma visão antropológica**. Campinas, SP: Papirus, 2001.
- DIETZ, L. A.; TAMAIO, I. **Aprenda fazendo: apoio aos processos de Educação Ambiental**. Brasília/DF: WWF-Brasil, 2000.

- DIEGUES, A. C. **O mito moderno da natureza intocada**. 3ed. São Paulo, SP: Hucitec, 2000.
- GOELDNER, C.R. [et al] **Turismo: princípios, práticas e filosofias**. 8ed. Trad. Roberto Cataldo Costa. Porto Alegre, RS: Bookman, 2002.
- KRIPPENDORF, Jost. **Sociologia do turismo: Para uma nova compreensão do lazer e das viagens**. Trad. por Contexto Traduções. São Paulo: Aleph, 2000.
- LAGE, B. H. G.; MILONI, P. C. (org). **Turismo: teoria e prática**: São Paulo: Atlas, 2000.
- LICKORISK, L. J., JENKINS, C. L. **Introdução ao turismo**. Rio de Janeiro, RJ: Campus, 2000.
- MARTÍN, J. C. **El desarrollo local: Una estrategia para una sociedad a escala humana**. Madri, 1997a, inédito.
- MARTINS, S. R. O. Desenvolvimento Local: questões conceituais e metodológicas. In: **INTERAÇÕES-Revista Internacional de Desenvolvimento Local**. Vol. 3, N. 5, p. 51-59, Set. 2002.
- PROJETO IMPLEMENTAÇÃO DE PRÁTICAS DE GERENCIAMENTO INTEGRADO DE BACIA HIDROGRÁFICA PARA O PANTANAL E BACIA DO ALTO PARAGUAI: **Subprojeto 4.1 – Estabelecimento de um programa de educação ambiental no setor de turismo na su-bacia do Rio Miranda (MS)**. Relatório Final. Campo Grande, MS: ANA/GEF/PNUMA/OEA, Outubro de 2003.
- RODRIGUES, A. B. (org.) **Turismo e desenvolvimento local**. 2ed. São Paulo, SP: Hucitec, 2000.
- SANTOS, J. E. dos, SATO, M. **A contribuição da educação ambiental à esperança de Pandora**. São Paulo, SP: Rima, 2001.
- SERRANO, C. (org.). **A educação pelas pedras: Ecoturismo e educação ambiental**. São Paulo, SP: Chronos, 2002.
- URRY, J. **O olhar do turista: lazer e viagens nas sociedades contemporâneas**. 3.ed. São Paulo, SP: SESC / Studio Nobel, 2001.
- VIEZZER, M., OVALLES, O. **Manual latino-americano de educação ambiental**. São Paulo, SP: Gaia, 1994.
- WORLD TOURISM ORGANIZATION. **International tourism: a global perspective**. Madrid, Espanha: WTO Tourism Education and Training Series, 1997.
-

Notas Explicativas

¹ Nesta explanação feita por Urry (2001), quando relata os contrastes entre o cotidiano e o mundano, considera-se aqui como cotidiano a vida “normal” do indivíduo levada em seu local de residência. Já o mundano, seriam os novos que o turismo permite que ele conheça, ou seja, os núcleos receptores.

² Baseado no Relatório da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento da Organização das Nações Unidas, publicado em 1987, conhecido como Relatório Brundtland devido o nome do presidente da Comissão no período da elaboração do trabalho, oficialmente denominado *Nosso Futuro Comum*, considera-se que o meio ambiente não existe como uma esfera desvinculada das obras, ambições e necessidades do homem. Caso não se leve em conta os problemas antrópicos estaria atribuindo-lhe uma conotação ingênua muito utilizada em certos círculos políticos, concluindo que deverá englobar os aspectos naturais e aqueles decorrentes das ações dos homens.

³ Para entender o significado de “local” no contexto de desenvolvimento local, optou-se pela definição dada por Lopez *apud* Ávila (2000) ao referir-se como sendo um espaço, uma superfície territorial de dimensões razoáveis para o desenvolvimento da vida, com uma identidade que o distingue de outros espaços e de outros territórios e no qual as pessoas conduzem sua vida cotidiana: habitam, relacionam-se, trabalham, compartilham normas, valores, costumes e representações simbólicas.

⁴ Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

⁵ Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

⁶ A beleza singular da Serra de Maracaju já havia sido descrita por Alfredo d’Escagnolle Taunay (Visconde de Taunay), na obra *A Retirada da Laguna*, quando afirma que “os picos desnudos refletem os esplendores do Sol e coroam toda esta prodigiosa massa azulada de distância. [...] os contornos de uma cena majestosa da natureza puderam uma vez, entretanto, penetrar o invólucro material do selvagem e unir o rude e maravilhado espectador ao autor da obra”. Muito da beleza e atratividade do lugar permanecem conservados até os dias de hoje na região de Piraputanga.

⁷ Refresco de mate, servido com bombilha e que se distingue do chimarrão por ter água fria em vez de quente.

⁸ Conjunto de instruções ou indicações para se tratar e levar a termo um plano, uma ação, etc (Dicionário Aurélio, p. 479).

⁹ Fundo para o Meio Ambiente Mundial (GEF).

¹⁰ Agência Nacional de Águas (ANA).

¹¹ Fundo para o Meio Ambiente Mundial (GEF).

¹² Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA).

¹³ Organização dos Estados Americanos (OEA).